



O Desempenho da Política de Educação Infantil

QUAL O OBJETIVO DO TRABALHO?

O objetivo central é verificar em que medida os municípios estão conseguindo implementar políticas para garantir o acesso da população à educação infantil de qualidade, avaliando as iniciativas de ampliação da oferta, focalização das vagas e o nível de atendimento das práticas recomendadas para melhorar a qualidade da aprendizagem nas instituições de educação infantil do município.

QUAL O DESAFIO A SER SUPERADO?

O potencial de aprendizagem nos primeiros anos de vida se deve à mais intensa plasticidade cerebral, fortemente influenciada pelo meio em que a criança se encontra e com o qual interage durante a primeira infância - desde o nascimento até os 6 anos de idade.

Estar fora de uma instituição de educação infantil de qualidade pode significar para a criança, perder uma janela de oportunidades que impactará a longo prazo na sua capacidade de construção de funções cognitivas superiores e habilidades importantes, como ser alfabetizada na idade certa e desenvolver habilidades socioemocionais.

Dessa forma, garantir o acesso à creche e à pré-escola de qualidade deveria ser uma área de atuação prioritária dos municípios.

O QUE O TCE ENCONTROU?

Embora a taxa de matrículas em creches tenha aumentado nos últimos anos, em comparação com as famílias, as crianças em situação de pobreza enfrentam maior dificuldade de acesso a uma vaga na educação infantil. As crianças pobres representam 37% da população na idade de 0 a 3 anos. As famílias mais pobres, porém, representam apenas 7,1% entre as que frequentam uma creche.

A maioria das crianças de 4 a 5 anos fora da escola fazem parte de famílias registradas no Cadastro Único para Programas Sociais. Em relação à implementação das boas práticas de gestão das políticas de educação infantil, o TCE constatou uma evolução em todos os temas avaliados.

No geral, o índice de atendimento aumentou de 60,8% para 73% entre os municípios. Os eixos que mais apresentaram melhoria foram os de: planejamento e gestão, formação continuada dos profissionais e contratação, seleção e lotação de profissionais.

O QUE SE RECOMENDA AOS PREFEITOS?

O TCE recomendará aos gestores municipais intensificar as iniciativas para ampliação do acesso às vagas em educação infantil, tais como a realização de busca ativa cadastral de crianças provenientes de famílias de baixa renda, famílias monoparentais e domicílios em que as mães trabalham ou precisam contribuir para a renda familiar.

Há também a necessidade de aprovação de critérios para priorizar essas famílias e dar transparência para a lista de espera por vagas.

TERMO DE ADESÃO “CENTRAL DE VAGAS”

É uma ferramenta destinada à gestão e alocação centralizada das vagas em creches nos municípios de Rondônia. Foi desenvolvida em parceria com o TCE, DPE e IFRO, impulsionada pelo GAEPE e com o apoio da UNDIME, para colaborar com os municípios que não dispõem desse tipo de ferramenta, conforme as orientações da Nota Técnica n.º 07/2021/GAEPE-RO.

Acesse as orientações para adesão aqui neste link:

https://drive.google.com/file/d/1jrz2m88Mw9AfqrebQwTQR_HMCFK-QXc8/view

Acesse o Termo de Adesão neste link:

https://docs.google.com/document/d/1BhFNEV6k1cRQxAdQlVd5HdWjGal3yDNBeqZhgAO_5O/edit?tab=t.0